

Brasil relata à ONU drama dos direitos humanos

Após 10 anos sem prestar informações, país promete um “retrato sem retoques”

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

BRASÍLIA – Depois de um intervalo de 10 anos, o governo brasileiro promete enviar, na próxima semana, o segundo relatório para o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas – um retrato sem retoques preparado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, subordinada à Presidência da República.

O compromisso foi assumido pelo Brasil em 1992, ao ratificar o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966. O primeiro relatório, enviado há uma década, foi elogiado pela ONU, que destacou a “franqueza e a abrangência das informações”, reconhecendo o esforço do governo Fernando Henrique Cardoso em tentar

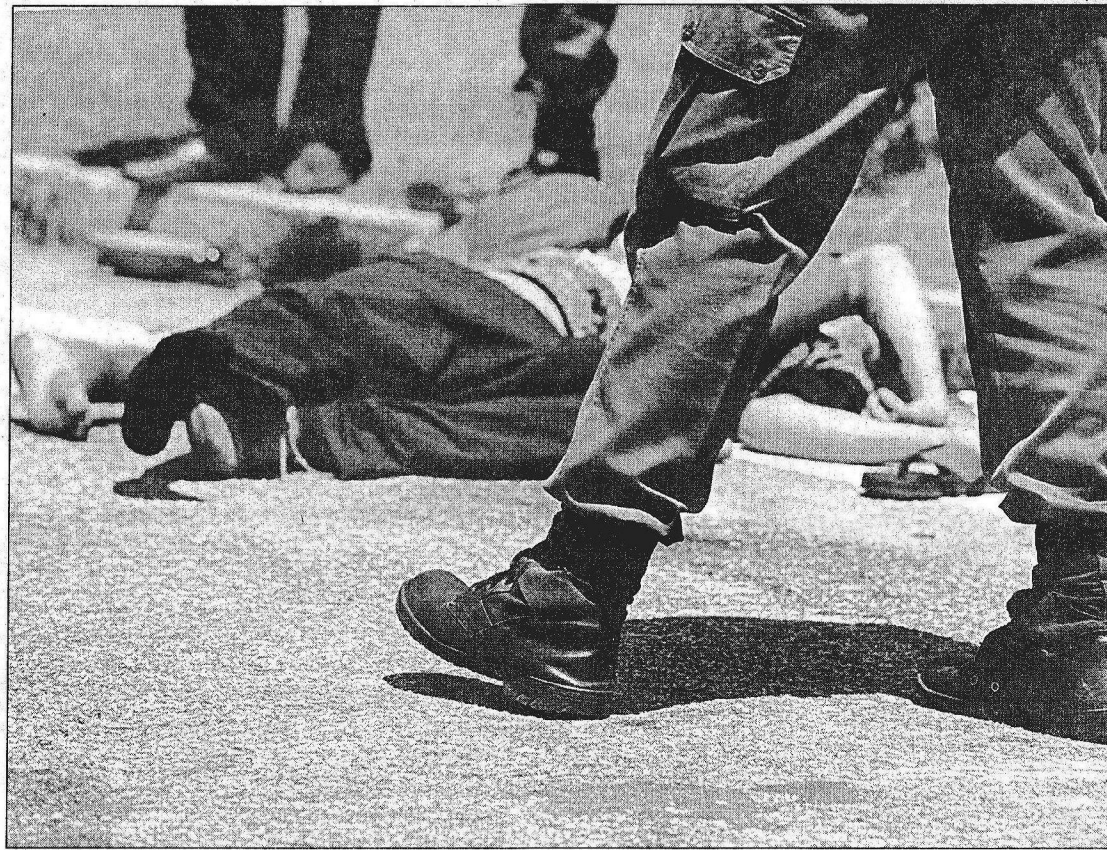
melhorar o quadro no país.

O segundo relatório vai pelo mesmo caminho. O documento mostra, por exemplo, que a taxa anual de homicídios no Brasil é de 49,7 por 100 mil habitantes. Entre os jovens de sexo masculino, chega a 95,6. No Estado do Rio de Janeiro, essa cifra atinge 205/100 mil.

Texto reconhece que dados lembram estatísticas de guerra

– Os efeitos dessa tragédia já produziram, em algumas regiões do país, alterações demográficas semelhantes às dos períodos de guerra e o tema da segurança pública constitui uma das mais importantes preocupações nacionais – diz o texto.

A assessora para Assuntos Internacionais da SEDH, Renata Palizon, informou que o Itamaraty está concluindo a tradução para o inglês do



OS 49,7 HOMICÍDIOS por 100 mil habitantes, constrangedora taxa anual brasileira, fazem parte do relatório

texto. Embora não haja um prazo obrigatório para a apresentação periódica de relatórios ao Comitê de Direitos Humanos da ONU, a assessora da SEDH explica que a demora do governo “poderia criar uma situação política desagradável”.

O relatório apresenta ainda fatos e números (alguns defasados) sobre “crianças e adolescentes em risco”, sobre

práticas de torturas nos distritos policiais e prisões, trabalho escravo, “exploração sexual de crianças e adolescentes”, entre outros itens.

Muitos dados do documento foram publicados pelos meios de comunicação, mas o objetivo da Secretaria Especial de Direitos Humanos é mostrar à ONU que a década que separa o primeiro e o se-

gundo relatório “é marcada por uma ambigüidade perturbadora: de um lado, nunca se avançou tanto no Brasil na construção de uma ordem jurídica comprometida com os Direitos Humanos; por outro lado, algumas dessas conquistas ainda não foram plenamente desdobradas em políticas públicas e garantias efetivas para parte da população brasileira”.

Principais pontos

VIOÊNCIA POLICIAL

A violência policial, em especial a que resulta em mortes, continua sendo um grave problema. Persiste o elevado número de mortos. As principais vítimas têm sido os suspeitos de crimes, os presos, as crianças em situação de risco e os camponeses e líderes sindicais rurais.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Brasil possui atualmente mais de 300 mil presos. O país mantém com sua população carcerária uma das maiores dívidas em direitos humanos. Há uma série de violações, sem que tais práticas acarretem qualquer ação por parte do Poder Judiciário ou do Ministério Público nos Estados.

CONFLITOS NO CAMPO

Os assassinatos de trabalhadores rurais no Brasil chegaram a alcançar a marca de 180 casos em 1985. Depois disso, houve uma tendência acentuada de queda nas ocorrências, fazendo com que, em 2000, alcançassem a marca de 10 casos. No período imediatamente posterior, observa-se nova subida na curva estatística. Em 2003, 42 mortes de lideranças rurais tinham sido registradas.